



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **0012324-22.2013.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**  
Requerente: **Renata Della Paschoa Biffi**  
Requerido: **Luiz Roberto Milan**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Existem nos autos duas versões a respeito de como se deu o episódio em apreço.

De um lado, sustenta a autora que dirigia regularmente seu automóvel pela Av. São Carlos, quando foi abalroada na traseira pelo veículo do réu.

Este, a seu turno, negou qualquer envolvimento com o episódio, asseverando que no momento em que ela teve vez estava trabalhando em local distante.

Estabelecida a divergência a propósito da autoria do ato trazido à colação, nota-se que a autora acostou aos autos o Boletim de Ocorrência lavrado a propósito, no qual, porém, consta somente sua versão.

As partes foram instadas a esclarecer se tinham interesse na produção de novas provas, tendo a autora então permanecido silente.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

A conjugação desses elementos conduz à improcedência da ação.

Com efeito, não foi produzida prova de natureza alguma que respaldasse a explicação da autora, não se podendo olvidar que tocava a ela o ônus de demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, na esteira do que prevê o art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil.

Todavia, como visto, ela não se desincumbiu desse ônus porque não apresentou sequer indícios que militassem em seu favor e deixou claro que não desejava o aprofundamento da dilação probatória.

O réu pode até ter sido o causador do acidente, mas tal ideia não pode ser afirmada diante da falta de lastro mínimo a ampará-la.

A pretensão deduzida nesse contexto não há de prosperar.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 25 de fevereiro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**